

# SUMÁRIO

---

<b>ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>33</b>
<b>▶ CAPÍTULO 1 – NOTÍCIA HISTÓRICA – UTILIZAÇÃO DO MS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO – A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO .....</b>	<b>35</b>
1. A evolução do MS no sistema constitucional.....	35
2. Direito líquido e certo – a evolução conceitual.....	37
<b>▶ CAPÍTULO 2 – O MANDADO DE SEGURANÇA NA TEORIA GERAL DO PROCESSO .....</b>	<b>43</b>
1. MS como tutela jurisdicional diferenciada com cognição restrita .....	43
2. A formação de procedimento especial sincrético .....	50
<b>▶ CAPÍTULO 3 – POLÊMICAS EM TORNO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO PARA FINS DE MANDADO DE SEGURANÇA.....</b>	<b>59</b>
1. O direito líquido e certo é condição da ação, pressuposto processual ou o mérito do mandado de segurança? .....	59
2. Decadência no mandado de segurança – a decisão que a decreta e seus limites – simples declaração prejudicial e aproveitamento do prazo .....	65
3. A coisa julgada no mandado de segurança – o cabimento de ação rescisória – a correta interpretação da legislação e das súmulas .....	72
4. Rescisória e sentenças de carência de ação – o caso específico do MS e a teoria da asserção .....	77
<b>▶ CAPÍTULO 4 – CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO – O PAPEL DO MANDADO DE SEGURANÇA.....</b>	<b>81</b>
1. Momentos e instrumentos de controle dos atos administrativos .....	81
2. O controle de legalidade e mérito do ato administrativo e a existência de limites.	82
<b>▶ CAPÍTULO 5 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INICIAL NO MS – A APLICAÇÃO DO ART. 332, DO CPC/15 .....</b>	<b>93</b>
1. Aspectos gerais e a nova feição da improcedência liminar.....	93
2. Aplicação da improcedência liminar no mandado de segurança.....	95
2.1. Os processos repetitivos e a atuação do magistrado ao receber a petição inicial. A sentença <i>initio litis</i> produz coisa julgada: os limites da cognição judicial.....	96

2.2. A recorribilidade da decisão que determina a citação: o cabimento da resolução superantecipada da lide .....	98
2.3. O (in)cabimento do dispositivo ao mandado de segurança: os precedentes judiciais obrigatórios .....	101
<b>▶ CAPÍTULO 6 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR NO MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>105</b>
1. Introdução .....	105
2. Acepções da palavra liminar.....	106
3. Breves considerações sobre cautelar e tutela antecipada (inclusive inibitória) .....	107
4. A liminar no mandado de segurança: os requisitos, a obrigatoriedade e a responsabilidade do autor .....	111
<b>▶ CAPÍTULO 7 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA: DA EXPECTATIVA DE DIREITO AO DIREITO SUBJETIVO. CANDIDATO APROVADO NO LIMITE DAS VAGAS E QUESTÕES ENVOLVENDO A TEORIA DO FATO CONSUMADO .....</b>	<b>121</b>
1. Aspectos iniciais .....	121
2. Concurso público: o limite entre a expectativa de direito e direito líquido e certo à nomeação em caso de novas vagas .....	122
3. Aprovação <i>sub judice</i> . Direito à posse e nomeação ou mera expectativa? .....	132
4. Ainda sobre o candidato aprovado e nomeado <i>sub judice</i> : aplicação da teoria do fato consumado?.....	134
4.1. Colisão de grupos de direitos fundamentais – preponderância .....	135
4.2. Solução para a colisão entre direitos fundamentais nos casos de aprovação <i>sub judice</i> . O atraso no julgamento do mandado de segurança como instrumento de estabilização de situação fática.....	139
5. Concurso público e a discussão quanto a (in)existência de direito a indenização em decorrência de atraso na nomeação ou cancelamento do certame: um (breve) olhar jurisprudencial .....	148
<b>▶ CAPÍTULO 8 – RESTRIÇÕES AO CABIMENTO DE LIMINAR E À EXEQUIBILIDADE IMEDIATA DA SENTENÇA NO MS.....</b>	<b>151</b>
1. Características do procedimento do MS. Exequibilidade imediata da sentença e possibilidade de concessão de medida liminar .....	151
2. Restrições legais ao cabimento de liminar e à exequibilidade imediata da decisão que concede a segurança – conceitos indeterminados que merecem análise em cada caso concreto – a importância do resultado da ADI 4296/STF .....	153
3. Outras restrições ao cabimento de liminar e da própria efetividade da sentença em MS.....	159
4. Liminar concedida X sentença denegatória. Continuidade ou não de seus efeitos: previsão expressa no CPC/15 .....	161
5. Cabimento de recurso contra a liminar no MS .....	167

▶	<b>CAPÍTULO 9 – O PEDIDO DE SUSPENSÃO NO MS – SUA ANÁLISE POLÍTICO-JURÍDICO-ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>177</b>
1.	Influência política do Executivo no procedimento do pedido de suspensão.....	177
2.	Decisões em mandado de segurança – eficácia (em regra) imediata .....	180
3.	Natureza Jurídica do pedido de suspensão e hipóteses de cabimento .....	181
4.	Aspectos procedimentais e competência para sua apreciação.....	194
4.a.	Decisão originária de magistrado de 1ª instância – Competência do TJ/ TRF e dos Presidentes dos Tribunais Superiores .....	195
4.b.	Agravo de Instrumento e efeito substitutivo: consequências em relação ao pedido de Suspensão e cabimento de Reclamação .....	195
4.c.	Decisão de Tribunal de Justiça ou Regional Federal: competência do STJ e STF .....	200
▶	<b>CAPÍTULO 10 – SUSPENSÃO DE DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS: UM TEMA COM VARIAÇÃO INTERPRETATIVA .....</b>	<b>205</b>
1.	Introdução .....	205
2.	As ordens judiciais envolvendo fornecimento de medicamentos – direitos fundamentais em análise .....	206
2.1.	O perigo de efeito multiplicador – o juízo de ponderação em casos concretos.....	206
2.2.	Os direitos fundamentais e o (in)cabimento de pedido de suspensão: um tema com variação interpretativa.....	206
▶	<b>CAPÍTULO 11 – LEGITIMIDADE E LITISCONSÓRCIO ATIVO NO MS – UM CASO DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL NO DIREITO INDIVIDUAL.....</b>	<b>213</b>
1.	Legitimidade ativa no mandado de segurança individual. Remota possibilidade de sucessão processual. MS impetrado por pessoa jurídica.....	213
2.	Hipóteses de litisconsórcio ativo no MS e sua limitação .....	218
3.	Substituição processual no polo ativo – mais uma hipótese excepcional no sistema processual .....	222
▶	<b>CAPÍTULO 12 – PARTE, LITISCONSÓRCIO PASSIVO E ASSISTÊNCIA.....</b>	<b>227</b>
1.	Considerações preliminares .....	227
2.	Parte e terceiro – conceitos importantes.....	228
3.	Partes no mandado de segurança e a encampação.....	231
4.	Requisitos para aplicação da teoria da encampação no MS.....	239
4.1.	Encampação e a competência absoluta: o Enunciado 628, do STJ .....	240
4.2.	Parte e terceiro: encampação em qual <i>localização processual</i> ?.....	243
5.	Mandado de segurança contra ato judicial. A posição do adversário do impetrante na demanda originária e de terceiros atingidos pela decisão que originou o MS.....	244

6.	Litisconsórcio passivo e assistência no mandado de segurança contra ato administrativo.....	248
6.1.	O beneficiado pelo ato impugnado. Sua posição do mandado de segurança .....	248
6.2.	Assistência e <i>amicus curiae</i> no mandado de segurança .....	254
▶	<b>CAPÍTULO 13 – O SISTEMA DE CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS ....</b>	<b>263</b>
1.	Aspectos preliminares .....	263
2.	Breve análise sobre a classificação das sentenças e de outras decisões judiciais. Modalidades de efetivação sem ação de execução autônoma.....	263
3.	O sistema de cumprimento das decisões contrárias à fazenda pública.....	266
4.	O cumprimento das decisões mandamentais proferidas no MS (provisórias e definitivas).....	269
5.	A satisfação da parcela pecuniária decorrente – período litigioso e não litigioso...	280
6.	Execução individual de decisão oriunda de MS coletivo.....	284
▶	<b>CAPÍTULO 14 – ASPECTOS RECURSAIS .....</b>	<b>289</b>
1.	Legitimidade/interesse recursal: o papel situacional da autoridade coatora e dos terceiros atingidos pela decisão judicial.....	289
2.	Medidas judiciais cabíveis em face das tutelas provisórias em mandado de segurança processados em 1º grau – contagem dos prazos (art. 219, do CPC/15) ...	292
3.	Impugnações em face da sentença: apelação, pedido de concessão de efeito suspensivo, pedido de suspensão de segurança e o cabimento de reexame necessário.....	295
4.	Recursos contra decisões proferidas em mandado de segurança de competência originária dos tribunais – sustentação oral no julgamento (Lei 13.676/18) – exaurimento ou não da instância ordinária.....	299
5.	Honorários recursais e ampliação de julgamento no âmbito do Mandado de Segurança .....	304
▶	<b>CAPÍTULO 15 – MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA PENAL: ALGUMAS VARIÁVEIS.....</b>	<b>309</b>
1.	Definição do tema .....	309
2.	Natureza jurídica do mandado de segurança e cabimento no processo penal .....	309
3.	Consequências processuais decorrentes da admissão do MS em matéria penal....	314
3.1.	Competência – Câmara/Vara Civil ou Criminal?.....	314
3.2.	Formação de litisconsórcio necessário.....	315
3.3.	Contagem dos prazos e cabimento de ação rescisória .....	317
▶	<b>CAPÍTULO 16 – A COMPETÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA: QUESTÕES CONTROVERTIDAS .....</b>	<b>321</b>
1.	Definição do tema .....	321

2.	Ato de dirigente de entidade de Ensino Superior .....	322
3.	Atos do Conselho Federal da OAB.....	325
4.	Decisões dos juizados especiais e respectivas turmas recursais.....	327
5.	Ato praticado por juiz, desembargador de tribunal Estadual, Federal, Procurador de justiça estadual e dos CNJ e CNMP. Interpretação do art. 102, I, d, n e r, da CF/88 .....	329
▶	<b>CAPÍTULO 17 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO OMISSIVO: ASPECTOS LIGADOS À APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO .....</b>	<b>335</b>
1.	A falta do ato e a possível violação de direitos.....	335
2.	O controle da omissão administrativa: limite entre a segurança preventiva e a por omissão.....	336
3.	A fluência do prazo de 120 dias para impetração do <i>mandamus</i> : variação interpretativa.....	337
4.	Caso específico do candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas: segurança por omissão ou preventiva? .....	341
▶	<b>CAPÍTULO 18 – POLÊMICAS SOBRE O MS COLETIVO E A LEI 12.016/09 .....</b>	<b>349</b>
1.	Introdução .....	349
2.	Interesses discutidos: o problema dos difusos e o limite entre o MSC e a ação popular .....	350
3.	A legitimação ativa .....	353
4.	O direito de renunciar a tutela coletiva e a coisa julgada no MSC. (In) constitucionalidade do art. 22 da Lei 12.016/09 .....	357
▶	<b>CAPÍTULO 19 – A DESISTÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E A BOA-FÉ PROCESSUAL.....</b>	<b>361</b>
1.	Colocação do problema.....	361
2.	A desistência como fenômeno processual: seus momentos, a prevenção e a regulação da boa-fé.....	361
3.	Desistência recursal regular e do recurso repetitivo.....	365
4.	A desistência no mandado de segurança: seus momentos e a análise da interpretação jurisprudencial .....	367
▶	<b>CAPÍTULO 20 – MULTA E MEDIDAS ATÍPICAS: LIMITAÇÃO E CABIMENTO NO MS.....</b>	<b>373</b>
1.	Introdução .....	373
2.	A multa por desobediência de ordem judicial no MS – limitação e exequibilidade ..	374
3.	Outras medidas atípicas – cabimento no mandado de segurança .....	378
4.	A pena pecuniária e outras medidas atípicas por descumprimento de ordem judicial no mandado de segurança: a quem devem ser dirigidas? .....	382

▶	<b>CAPÍTULO 21 – A DECADÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E SUAS VARIÁVEIS.....</b>	<b>391</b>
1.	Introdução .....	391
2.	A decadência no mandado de segurança: análise à luz do direito material.....	392
3.	A decadência no mandado de segurança preventivo, por omissão e nas parcelas de trato sucessivo .....	394
▶	<b>CAPÍTULO 22 – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: DO MANDADO DE SEGURANÇA AO VALOR DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL .....</b>	<b>401</b>
1.	Introdução .....	401
2.	O mandado de segurança no sistema dos juizados especiais.....	402
3.	O uso do MS contra decisão judicial no sistema dos juizados .....	405
4.	A multa nos juizados especiais: incompetência e variação de entendimento.....	411
▶	<b>CAPÍTULO 23 – MANDADO DE SEGURANÇA EM DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL: COMPETÊNCIA E CABIMENTO .....</b>	<b>415</b>
1.	Introdução .....	415
2.	O mandado de segurança contra ato administrativo na Justiça Eleitoral .....	416
3.	Mandado de segurança contra ato judicial eleitoral: cabimento e competência e aplicação do novo CPC .....	419
▶	<b>CAPÍTULO 24 – MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS .....</b>	<b>427</b>
1.	Mandado de segurança contra pronunciamento judicial trabalhista. A irrecorribilidade das interlocutórias e os recursos sem efeito suspensivo .....	427
▶	<b>CAPÍTULO 25 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL E O CPC/15 .....</b>	<b>435</b>
1.	Introdução .....	435
2.	Mandado de segurança contra pronunciamento judicial em geral – decisões irrecorribéis ou sujeitas a apelos sem efeito suspensivo – legitimidade e prazo.....	436
3.	Mandado de segurança contra decisão judicial no CPC/15 – o entendimento do tema 988/STJ.....	441
▶	<b>CAPÍTULO 26 – A REMESSA NECESSÁRIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E AS MODIFICAÇÕES ADVINDAS DO CPC/15.....</b>	<b>447</b>
1.	Introdução .....	447
2.	Remessa necessária no CPC/15: natureza jurídica e efeitos.....	448
3.	Restrições à remessa necessária e aplicação ao mandado de segurança.....	451
4.	Recurso parcial e a remessa necessária em mandado de segurança: aplicação do art. 942 (complementação de julgamento) .....	456

▶	<b>CAPÍTULO 27 – O RECURSO DE APELAÇÃO NO CPC/15 E SUA APLICABILIDADE NO MANDADO DE SEGURANÇA.....</b>	<b>461</b>
1.	Considerações introdutórias .....	461
2.	Efeito suspensivo ( <i>legal e judicial</i> ) da apelação no MS e a tutela provisória na sentença: o incidente de efeito suspensivo diretamente no tribunal e a aplicação no mandado de segurança (art. 1.059, do CPC/15 c.c. art. 14, § 3º, da Lei 12.016/09) .....	462
3.	Poderes do relator e a primazia do mérito recursal .....	469
4.	Julgamento do mérito pelo tribunal e a teoria da causa madura: art. 1.013, do CPC/15 e seu cabimento no MS .....	470
▶	<b>CAPÍTULO 28 – PRIMAZIA DE MÉRITO E REFLEXOS NO MS.....</b>	<b>481</b>
1.	Necessário diálogo conceitual – primazia de mérito e diminuição do excesso de formalismo .....	481
2.	Decadência e denegação da segurança – possibilidades processuais – análise da hipótese prevista no art. 488, do CPC.....	483
▶	<b>CAPÍTULO 29 – PRESUNÇÕES DIFERENCIADAS E EFEITOS MATERIAIS DA REVELIA NA AÇÃO RESCISÓRIA, MANDADO DE SEGURANÇA E DESAPROPRIAÇÃO .....</b>	<b>489</b>
1.	Introdução .....	489
2.	Revelia e os efeitos materiais e processuais – mitigação da presunção de veracidade dos fatos e o CPC/15.....	490
3.	Inexistência dos efeitos materiais na ação rescisória, mandado de segurança e desapropriação: preponderância de presunções diferenciadas .....	493
▶	<b>CAPÍTULO 30 – RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: VARIÁVEIS E CUIDADOS NECESSÁRIOS .....</b>	<b>499</b>
▶	<b>CAPÍTULO 31 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL NO SISTEMA DE PRECEDENTES E EM <i>HABEAS CORPUS</i> .....</b>	<b>505</b>
▶	<b>CAPÍTULO 32 – A COMPETÊNCIA DO STJ E STF PARA A APRECIÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO: ALGUMAS PONDERAÇÕES.....</b>	<b>511</b>
▶	<b>CAPÍTULO 33 – MANDADO DE SEGURANÇA E RECLAMAÇÃO VISANDO A CORRETA APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS: VARIAÇÕES SOBRE O TEMA.....</b>	<b>517</b>
▶	<b>CAPÍTULO 34 – A COMPETÊNCIA DO STF PARA AS AÇÕES JUDICIAIS CONTRA ATOS DO CNJ E CNMP: A IMPORTÂNCIA DO TEMA FIXADO NA RCL 33.459, ADI 4.412 E PET 4.770.....</b>	<b>523</b>

▶ <b>CAPITULO 35 – ANEXOS .....</b>	<b>529</b>
1. Enunciados de Súmula da Jurisprudência Dominante do STF sobre mandado de segurança .....	529
2. Lei que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo – nº 12.016, de 07.08.09, publicada em 10.08.09.....	530
3. Mensagem de veto nº 642, de 07.08.09, publicada em 10.08.09 .....	535
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>537</b>